

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABELHO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora do local, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



GRAN CURSOS ONLINE
DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS

FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
GRANCURSOSONLINE.COM.BR

CÓDIGO:

192022703

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

19º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Instituto Nacional do Seguro Social
INSS

CARGO:

Técnico do Seguro Social

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

9/2022

Ética

Glauber Soares

Determinado(a) servidor(a) de instituição do Poder Executivo Federal optou por aderir a movimento paredista em virtude de condições precárias de trabalho provenientes de suposta gestão inadequada dos recursos públicos. Diante da situação hipotética e considerando o disposto no Decreto n. 1.171/1994, julgue os itens.

- 1 É vedado a servidores, de acordo com o Código de Ética, participar de greves.
- 2 Ao exercer o direito de greve, o(a) agente público(a) precisa cumprir com o necessário para resguardar a segurança da sociedade.
- 3 Caso adiram a movimentos paredistas, os(as) agentes públicos(as) serão penalizados com censura pela comissão de ética.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens.

- 4 Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- 5 É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- 6 São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- 7 A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- 8 Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- 9 As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.
- 10 As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Direito Administrativo

Raphael Spere

Aplicando as normas contidas na Lei n. 9.784/1999 – Lei Geral de Processos Administrativos – Federais, julgue as assertivas a seguir como certas ou erradas.

- 11 Apresenta a condição de impedido o servidor ou a autoridade que tenha amizade íntima com o cônjuge do interessado em processo administrativo que tramita no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
- 12 Em caso de perícia, o Instituto Nacional do Seguro Social deverá intimar o interessado com antecedência mínima de 5 dias úteis.
- 13 Será nula a intimação feita em desacordo com as formalidades exigidas em lei, mas o comparecimento do interessado supre a irregularidade.

A administração pública em sentido formal é entendida como o rol de órgãos, entidades e agentes públicos investidos de competências para públicas para o exercício de atividades em proveito da coletividade. Acerca desse tema, julgue as afirmativas subsecutivas.

- 14 A realocação da capacidade tributária ativa de uma autarquia para o ente federado responsável por sua criação é denominada descentralização de competências.
- 15 São considerados bens públicos para efeitos de impenhorabilidade o patrimônio de empresas públicas vinculados à prestação de serviços públicos.

Quanto às regras aplicadas aos serviços públicos delegados por meio de concessão previstas na Lei n. 8.987/1995, julgue.

- 16 Considera-se caducidade a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- 17 As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de quatro datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

Gramática e Texto

Fidelis Almeida

Texto para os itens de 18 a 32.

1 As populações sedentárias sitiadas se recusam a aceitar as regras e riscos do novo jogo de poder “nômade”, atitude que a nova elite global nômade acha extremamente difícil (bem como repulsiva e indesejável) de entender e não pode perceber senão como um sinal de retardamento e atraso. Quando se trata de confrontos, e particularmente confrontos militares, as elites nômades do moderno mundo líquido percebem a estratégia territorialmente orientada das populações sedentárias como “bárbara” por comparação à sua própria estratégia militar “civilizada”. Agora é a elite nômade que dá o tom e dita os critérios pelos quais as obsessões territoriais são classificadas e julgadas. A mesa foi virada — e a velha e testada arma da “cronopolítica”, outrora utilizada pelas triunfantes populações sedentárias para expulsar os nômades para a pré-história bárbara e selvagem, é agora utilizada pelas vitoriosas elites nômades em sua luta com o que restou da soberania territorial e contra aqueles que ainda se dedicam à sua defesa.

Em sua reprovação das práticas territoriais, as elites nômades podem contar com o apoio popular. O ultraje experimentado à vista das massivas expulsões chamadas de “limpeza étnica” ganha vigor adicional pelo fato de que elas parecem estranhamente uma versão ampliada das tendências manifestadas diariamente, ainda que em menor escala, perto de casa — em todos os espaços urbanos das terras que fazem a cruzada civilizadora. Lutando contra os “faxineiros étnicos”, exorcizamos nossos “demônios”, que nos estimulam a pôr em guetos os indesejáveis “estrangeiros”, a aplaudir o estreitamento do direito de asilo, a demandar a remoção dos constrangedores estrangeiros das ruas da cidade e a pagar qualquer preço pelos abrigos cercados de câmeras de vigilância e guardas armados. Na guerra iugoslava o que estava em jogo para os dois lados era notavelmente semelhante, embora o que era o objetivo declarado de um dos lados fosse um segredo ansiosamente guardado pelo outro. Os sérvios queriam expulsar de seu território uma minoria albanesa recalcitrante e embaraçosa, enquanto os países da OTAN, por assim dizer, “respondiam à altura”: sua campanha militar foi deslançada pelo desejo dos outros europeus de manterem os albaneses na Sérvia, matando assim no ninho a ameaça de sua reencarnação como migrantes constrangedores e indesejados.

Fonte: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001. Texto adaptado.

Considerando os sentidos construídos ao longo do texto e as estruturas linguísticas nele presentes, julgue os itens subsequentes.

- 18 Infere-se do texto I que não interessa à elite global nômade a cultura das populações historicamente fixadas em um território, bem como a globalização de culturas.
- 19 Ao apontar que a mesa de luta entre sedentários e nômades foi virada, o texto sugere que culturalmente as atuais elites nômades globais são descendentes das antigas populações nômades.
- 20 O texto é de natureza tipológica argumentativa, haja vista que apresenta os fatos que caracterizam o jogo de poder da elite global nômade.

- 21 As formas verbais “é” (1.9) e “pôr” (1.24) recebem acento gráfico para que respectivamente sejam diferenciadas dos vocábulos “e” (conjunção) e “por” (preposição).
- 22 Os vocábulos “Quando” (1.5) e “ainda” (1.16) expressam circunstância temporal.
- 23 A oração “que dá o tom” (1.9-10) qualifica o nome “elite” (1.9).
- 24 As vírgulas empregadas imediatamente antes de “atitude” (1.2) e “que” (1.21), além do sinal de dois-pontos à linha 34, são exemplos de pontuações empregadas para indicar pausa que antecede expressões explicativas.
- 25 Os vocábulos “recusam” (1.1), “sinal” (1.5), “estratégia” (1.7), “critérios” (1.10), “Lutando” (1.23) e “estreitamento” (1.25-26) são exemplos de palavras que regem preposição em Língua Portuguesa.
- 26 Os adjetivos “civilizadora” (1.23) e “recalcitrante” (1.33) foram empregados textualmente com valor irônico.
- 27 Segundo o texto, o comportamento apresentado pela elite global nômade pode, por vezes, ser reproduzido também no âmbito local.
- 28 A forma verbal “trata” (1.5) é flexionada no singular em razão de apresentar sujeito indeterminado.
- 29 Os sinais indicativos de crase em “à vista das massivas expulsões” (1.18-19) e “à altura” (1.34) são empregados segundo a mesma regra gramatical.
- 30 Os termos “extremamente difícil” (1.3) e “uma versão ampliada das tendências” (1.20-21) predicam respectivamente os pronomes “que” (1.2) e “elas” (1.20).
- 31 O vocábulo “pré-história” (1.13) é grafado, segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, da seguinte forma: *pré história*.
- 32 As orações “outrora utilizada pelas triunfantes populações sedentárias” (1.12-13) e “para expulsar os nômades para a pré-história bárbara e selvagem” (1.13-14) constituem exemplos das chamadas orações reduzidas, desprovidas de conectivo subordinativo e com verbo em uma das formas nominais.

Redação Oficial

Fidelis Almeida

Considerando os preceitos para a redação de textos oficiais contidos no Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), julgue os itens subsequentes.

- 33 O aspecto da precisão na comunicação oficial não implica o emprego de linguagem de natureza técnica.
- 34 Para a identificação de um documento oficial, é correta a seguinte indicação, alinhada à margem esquerda da página: OFÍCIO Nº 377/2018/SAA/SE/Tribunal de Contas da União

- 35 Para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, empregue-se no endereçamento do texto oficial o seguinte tratamento: Ao Senhor [nome], Ministro do Tribunal de Contas da União.
- 36 Os textos oficiais não empregados para o encaminhamento de documentos devem conter introdução, desenvolvimento e conclusão.
- 37 No fecho dos textos oficiais, empregue-se a forma “respeitosamente,” quando são dirigidos a autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.

Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

- 38 A proposição “Se Paulo for aprovado no certame do INSS e Lúcia não mudar de residência, então eles casarão” possui menos de sete linhas na tabela verdade.
- 39 A proposição “Se Paulo é Técnico de Seguro Social, mas Ana não é Analista de Seguro Social, então Ana é Analista de Seguro Social” pode ser retratada simbolicamente por $A \wedge B \rightarrow \sim B$.
- 40 Considere que a sentença “Se Marcos for aprovado no certame do INSS, então ele irá residir em Recife” seja falsa. Assim, a proposição “Marcos for aprovado no certame do INSS ou ele irá residir em Recife” será falsa.
- 41 Considere a tabela a seguir:


A	B	$(A \rightarrow B) \vee (A \wedge (\sim B))$
V	V	
F	V	
V	F	
F	F	

A sentença $(A \rightarrow B) \vee (A \wedge (\sim B))$ será um exemplo de tautologia.

- 42 Considere que em certo dia na agência do INSS as pessoas que procuram atendimentos serão direcionadas aos servidores André, Bruna, Carlos e Daniela. O servidor André atenderá 40% do total dessas pessoas, enquanto os demais servidores atenderão as pessoas restantes em quantidade iguais. Assim, a servidora Daniela irá atender 20% das pessoas que não foram atendidas por André.
- 43 Caso um usuário do Windows 10 precise saber o endereço IP de seu computador, basta usar o comando ipconfig no terminal de comandos do Windows.
- 44 Na rede social Instagram, caso um usuário deseje publicar um post temporário, que dure apenas 24 horas, ele deverá escolher o recurso feeds.
- 45 No Windows 10, uma forma de proteger o computador contra o furto de dados e arquivos é por meio do recurso BitLocker, o qual criptografa os arquivos de uma unidade de disco inteira.

Informática

Maurício Franceschini

- 46 Caso se queira calcular, no MS Excel, a média somente dos valores maiores que 50, do intervalo de células de A1 até A5, o usuário pode utilizar a fórmula =SE(A1:A5>50;MÉDIA(A1:A5)).
- 47 No MS Word, para se formatar os parágrafos de forma que a primeira linha tenha um recuo maior que as demais linhas, basta utilizar o recurso  .

Regimento Jurídico Único

Sergio Gaúcho

- 48 Nomeação, promoção e ascensão são formas de provimento previstas na Lei n. 8.112/1990.
- 49 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
- 50 Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.

Seguridade Social (Direito Previdenciário)

Rodrigo Lima

Considerando-se as normas constitucionais relativas à competência legislativa dos entes federativos, julgue o item a seguir.

- 51 Após a Emenda Constitucional n. 103/2019, a competência para legislar sobre regras gerais de inatividade remunerada de policiais militares e bombeiros dos Estados e Distrito Federal passou a ser privativa da União.

À luz do entendimento jurisprudencial sobre os benefícios da assistência e previdência social, julgue o item seguinte.

- 52 Os estrangeiros residentes no País são beneficiários da assistência social prevista no art. 203, V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais.

Acerca dos princípios fundamentais da seguridade social, julgue o item a seguir.

- 53 O princípio da seletividade atua como limitador ao princípio da universalidade da cobertura e do atendimento.

Acerca dos benefícios previdenciários, julgue o item subsequente.

- 54 Jonas tem 13 anos de idade e perdeu o pai e a mãe, ambos segurados do INSS, em um acidente de trânsito. Nesse caso, Jonas não poderá cumular as pensões por morte de ambos os pais, devendo optar pela mais vantajosa.

Sobre o benefício previdenciário salário maternidade, julgue o item seguinte.

55 Maria, segurada empregada, estava grávida de 08 semanas e teve a sua gestação interrompida em razão de um aborto espontâneo. Nesse caso, Maria não terá direito ao benefício salário-maternidade.

A respeito do salário de contribuição e da renda mensal inicial, julgue o item a seguir.

56 Para fins de cálculo da aposentadoria, no caso do exercício de atividades concomitantes, o salário de contribuição deverá ser composto da soma de todas as contribuições, respeitado o teto.

57 Carla, aposentada por idade, recebe o valor do teto previdenciário e necessita de assistência permanente de outra pessoa. É correto afirmar que poderá ser adicionado 25% em sua aposentadoria em decorrência de a aposentada, após ter perdido todos os dedos das mãos, passar a necessitar da assistência permanente de outra pessoa.

58 É defeso a acumulação de aposentadorias em regimes distintos (uma no RGPS e outra no RPPS), quando sejam computados os tempos de serviços realizados em atividades concomitantes em cada sistema previdenciário, com a respectiva contribuição para cada regime.

59 Conforme o princípio *tempus regit actum*, a lei que disciplina a concessão de benefício previdenciário é a que vigora quando se implementam os requisitos necessários para sua obtenção.

Sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência, julgue o item a seguir.

60 É de competência do Poder Legislativo a regulamentação das aposentadorias das pessoas com deficiência, o qual definirá as deficiências grave, moderada e leve.

Acerca da contribuição dos inativos e pensionistas, julgue o item que se segue.

61 A contribuição deverá incidir sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Sobre a origem e evolução histórica do sistema de proteção previdenciário rural no Brasil, julgue o item seguinte.

62 Por meio da Lei Complementar n. 11/1971, criou-se o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRÓ-RURAL). Por ele, o segurador trabalhador rural passou a poder contar com prestação de aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço social e serviço de saúde aos trabalhadores rurais e aos seus dependentes.

63 Paulo, brasileiro residente em Portugal, filiado ao regime previdenciário português, poderá ser filiado ao RGPS na categoria de segurador facultativo.

64 A renda mensal inicial do salário-maternidade da seguradora contribuinte individual corresponderá a 1/12 das últimas 12 contribuições apuradas nos últimos 15 meses, ainda que o resultado do cálculo seja inferior ao salário-mínimo.

65 Será segurador obrigatório do RGPS, como empregador doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos, por mais de três dias por semana.

66 É considerado tempo de contribuição o tempo correspondente aos períodos para os quais tenha havido contribuição obrigatória ou facultativa ao RGPS, e, dentre outros, o período em que o segurador tenha sido colocado em disponibilidade remunerada pela empresa, ainda que não tenha havido desconto de contribuições.

A respeito da filiação e inscrição ao Regime Geral de Previdência Social, julgue o item que se segue.

67 O aluno aprendiz será considerado como segurador obrigatório empregador do RGPS se houver recebido remuneração, mesmo que indireta.

68 Os tabeliães ou notários são seguradores obrigatórios contribuintes individuais, posto que não são titulares de cargo público e não fazem parte de regime próprio.

Acerca dos benefícios devidos aos seguradores especiais, julgue o item que se segue.

69 Para a comprovação da atividade rural, é exigida prova plena da atividade rural de todo o período correspondente à carência, podendo esta prova ser exclusivamente testemunhal.

70 Serão considerados dependentes de 1ª classe o ex-cônjuge e o ex-companheiro(a), desde que haja a percepção de alimentos por ocasião da separação judicial ou do divórcio.

71 Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado, o menor tutelado e o curatelado, desde que comprovada a dependência econômica.

À luz da legislação que versa sobre a manutenção e perda da qualidade de segurador, julgue o item a seguir.

72 Mantém a qualidade de segurador, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de qualquer benefício previdenciário.

73 Eduarda, seguradora do INSS, requereu ao seu médico um relatório falso que relatasse que ela possuía uma doença grave. Em posse desse documento, Eduarda requereu o benefício do auxílio por incapacidade temporária, que foi concedido administrativamente. Nesse caso, Eduarda cometeu crime de estelionato contra o INSS, previsto no art. 171 do Código Penal Brasileiro.

74 Sobre o período de carência, é correto afirmar que se trata do tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas as competências cujo salário de contribuição seja igual ou inferior ao seu limite mínimo mensal.

75 José aposentou-se por invalidez aos 51 anos de idade. José poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria. Contudo, estará dispensado desta obrigatoriedade, caso não tenha retornado à atividade, quando completar 60 anos de idade.

Com relação ao salário de contribuição, julgue o item seguinte.

76 Os salários de contribuição considerados no cálculo do valor do benefício serão corrigidos, mês a mês, de acordo com a variação integral do IPCA até o mês anterior ao do início do benefício, de modo a preservar o valor real.

Com relação às alterações promovidas pela Reforma da Previdência de 2019, julgue o item a seguir.

77 O cômputo do tempo de contribuição passou a ser por competência mensal, como no período de carência, desde que o valor mensal da remuneração percebida atinja o mínimo mensal.

78 Será considerado segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

79 Lucas, servidor efetivo do INSS, facilitou que hackers tivessem acesso ao sistema interno do INSS, permitindo a inserção de dados falsos. Sendo assim, é correto afirmar que Lucas cometeu crime de inserção de dados falsos em sistema de informação.

Considerando as normas que definem os segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, julgue o item subsequente.

80 Empregados de condomínio, como os porteiros e zeladores, pela natureza da sua atividade, são considerados empregados domésticos.

Seguridade Social (Direito Previdenciário)

Pollyanna Saito

81 É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão dos atos de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício e dos atos de deferimento, indeferimento ou não concessão de revisão de benefício.

82 Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela previdência social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

83 Decai em 5 (cinco) anos o direito da Previdência Social de anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

84 Conforme entendimento do STF, é aplicável o prazo decadencial previsto no art. 103 do PBPS, nos casos de indeferimento, cancelamento ou cessação de benefícios, ainda que a questão controvertida não tenha sido apreciada no ato administrativo de análise de concessão de benefício previdenciário.

85 As ações referentes às prestações previdenciárias por acidente do trabalho prescrevem em 10 (dez) anos, contados da data do acidente, quando dele resultar a morte ou a incapacidade temporária; ou em que for negado o benefício acidentário.

86 Por se tratar de direito fundamental, inexistente qualquer prazo prescricional que atinja o fundo de direito, na hipótese de requerimento de concessão inicial de benefício previdenciário. Ou seja, pode-se afirmar que o núcleo essencial do direito fundamental à previdência social é imprescritível, irrenunciável e indisponível, motivo pelo qual pode ser exercido a qualquer tempo, sem prejuízo do beneficiário ou segurado que se quedou inerte, ressalvada eventual prescrição das parcelas vencidas.

87 Das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários, caberá recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

88 O prazo para o segurado, que não concordar com o resultado da avaliação, interpor recurso contra a decisão proferida pela Perícia Médica Federal será de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da decisão.

89 Os recursos interpostos tempestivamente contra decisões proferidas pelas Juntas de Recursos e pelas Câmaras de Julgamento do CRPS têm efeito meramente devolutivo.

90 A propositura de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo importa renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso administrativo interposto.

91 São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social os titulares do direito subjetivo de gozar das prestações previdenciárias, ou seja empresas, segurados e dependentes.

92 Segurado é a pessoa física filiada ao RGPS, podendo ser classificado como segurado obrigatório ou facultativo, dependendo se a filiação for decorrente do exercício de atividade laboral remunerada, ou não. Ou seja, uma pessoa natural pode assumir, ao mesmo tempo, a condição de segurado e de dependente da Previdência Social.

93 Aquele trabalhador que, sindicalizado ou não, presta serviços, de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou, quando se tratar de atividade portuária, do órgão gestor de mão de obra (OGMO), é segurado obrigatório do RGPS.

94 Xênia, brasileira (pessoa física), domiciliada em São Paulo, foi contratada, em Brasília, por uma empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e matriz em Brasília e administração no Brasil, denominada Banco do Povo S/A. Xênia irá trabalhar como empregada, na agência situada na Colômbia, pertencente ao referido banco. Nessa situação, é correto afirmar que Xênia é segurada obrigatória do RGPS.

95 José das Couves, Ministro de Estado de Minas e Energia, sem vínculo efetivo com a União, ocupa um cargo em comissão. Diante desta situação é correto afirmar que José das Couves é segurado do Regime Próprio de Previdência.

- 96** As prestações previstas no Plano de Benefícios da Previdência Social são expressas em benefícios e serviços. As prestações são o gênero, do qual são espécies os benefícios e serviços. Benefícios são valores pagos em dinheiro aos segurados. Serviços são prestações destinadas aos dependentes em dinheiro.
- 97** Há prestações devidas somente ao segurado; outras, somente ao dependente; e, algumas, tanto ao segurado como ao dependente, conforme previsto no PBPS. Trata-se da aplicação do princípio da seletividade: as prestações são concedidas apenas aos indivíduos que dela necessitem, sendo certo que alguns benefícios não comportam deferimento a segurados, e outros, que não cabem aos dependentes. Quanto ao dependente, as prestações são: a pensão por morte e o auxílio-reclusão.
- 98** Em razão do princípio da taxatividade, o número de prestações do Regime Geral de Previdência Social não poderá ser ampliado, ainda que seja sob o pretexto de ampliar a proteção do indivíduo. Isso se dá em razão da obrigatoriedade prévia de se ter a fonte de custeio capaz de atender ao dispêndio com a concessão de uma prestação previdenciária.
- 99** O período de carência do segurado especial não é contado em número de contribuições previdenciárias recolhidas, e sim em número de meses de efetivo exercício na atividade rural. Ou seja, o segurado especial deverá comprovar o tempo mínimo de efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, igual à quantidade de meses necessária à concessão do benefício requerido.
- 100** É permitida a acumulação do seguro-desemprego com o auxílio-acidente. Porém, é vedada a acumulação do salário-maternidade com o auxílio-doença.
- 101** O segurado especial que efetuar seu registro como Microempreendedor Individual – MEI, passando a exercer atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, perderá a condição de segurado especial no RGPS.
- 102** Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até três meses após o livramento, o segurado detido ou recluso.
- 103** O período de carência de qualquer aposentadoria é de 180 contribuições mensais, para os segurados que ingressaram no RGPS após 24.7.1991, salvo por invalidez.
- 104** O período de graça do segurado que deixar de recolher contribuições previdenciárias pode ser de até 36 (trinta e seis) meses – para o segurado com mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais que comprovarem que permanece na situação de desemprego.
- 105** Não é devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que tenha perdido essa qualidade no momento do óbito, ainda que o falecido tenha preenchido os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria antes da data do óbito.
- 106** Salário de benefício é o valor básico utilizado para o cálculo da renda mensal dos benefícios de prestação continuada, inclusive aqueles regidos por normas especiais, exceto a pensão por morte.
- 107** O auxílio por incapacidade temporária será, no mínimo, igual a média aritmética dos últimos doze salários de contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não houver doze salários de contribuição, a média aritmética simples de 80% dos maiores salários de contribuição existentes.
- 108** É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real da data de sua concessão.
- 109** Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio por incapacidade temporária, de aposentadoria por incapacidade permanente, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, as contribuições anteriores à perda somente serão computadas para fins de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação ao RGPS, com metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento do período de carência exigida em lei.
- 110** O auxílio-reclusão será mantido enquanto o segurado permanecer em regime fechado. No caso de fuga, o benefício será suspenso e, se houver exercício de atividade dentro do período de fuga, este será considerado para a verificação da perda ou não da qualidade de segurado.

Seguridade Social

Ravan Leão

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

111 A assistência social possui, dentre seus objetivos, a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com idade igual ou superior a 60 anos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

112 A assistência social organiza-se por dois tipos de proteção: a social básica e a especial.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

113 Situação hipotética: o CNAS, por decisão da maioria simples de seus membros, aprovou a proposição, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de alteração dos limites de repasse mensal dos benefícios previstos em lei.

Assertiva: nessa situação, a aprovação da proposição ocorreu em conformidade com o que estabelece a LOAS.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

114 Os conselhos estaduais de assistência social e os conselhos municipais de assistência social, e o distrital, bem como o conselho nacional de assistência, são instâncias deliberativas do SUAS, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

115 A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, ela ainda ganha proteção junto a jurisprudência do STF e está em acordo com o que preconiza a doutrina no que tange ao *welfare state*, vedação do retrocesso social, bem como a reserva do possível.

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

116 A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

117 A organização da assistência social tem, dentre outras diretrizes, a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

118 Compete à União responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

119 Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

120 O benefício do bolsa brasil é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.



19º SIMULADO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	C	E	C	C	C	C	C	C	C	E	E	C	E	C	E	E	E	E	E
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	E	E	C	E	E	C	C	C	C	E	E	C	E	E	C	E	E	C	E
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	E	C	E	C	E	E	E	C	E	C	C	C	E	E	C	E	E	C	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	C	C	E	E	C	E	C	C	E	C	E	E	C	E	C	E	C	E	C	E
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	C	C	C	E	E	C	E	C	C
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	E	E	C	C	E	C	E	C	C	C	E	C	E	C	C	C	C	C	C	E



MAIS DE 23 MIL CURSOS ONLINE PARA VOCÊ:

Estude quando quiser,
para o cargo que quiser,
na hora que quiser.

Seus estudos
do seu jeito.

G GRAN CURSOS
ONLINE

#VEM
SER
GRAN

**ASSINATURA
ILIMITADA**
PARA CONCURSOS E OAB 

FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.


NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | No horário de segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar em
concurso público

Ética

Glauber Soares

Determinado(a) servidor(a) de instituição do Poder Executivo Federal optou por aderir a movimento paredista em virtude de condições precárias de trabalho provenientes de suposta gestão inadequada dos recursos públicos. Diante da situação hipotética e considerando o disposto no Decreto n. 1.171/1994, julgue os itens.

- 1 É vedado a servidores, de acordo com o Código de Ética, participar de greves.

Errado.

Conforme o Código de Ética, Capítulo I, Seção II, Dos Principais Deveres do Servidor Público, XIV, é dever fundamental do servidor público zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva. Dessa forma, o item está incorreto, pois a norma assegura o direito de greve.

- 2 Ao exercer o direito de greve, o(a) agente público(a) precisa cumprir com o necessário para resguardar a segurança da sociedade.

Certo.

De acordo com o Código de Ética, Capítulo I, Seção II, Dos Principais Deveres do Servidor Público, XIV, é dever fundamental do servidor público zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva. Portanto, item correto.

- 3 Caso adiram a movimentos paredistas, os(as) agentes públicos(as) serão penalizados com censura pela comissão de ética.

Errado.

Segundo o Código de Ética, Capítulo I, Seção II, Dos Principais Deveres do Servidor Público, XIV, é dever fundamental do servidor público zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva. Dessa forma, a norma assegura o direito de greve, desde que cumpridas exigências. O simples ato de aderir à greve não implica imediata aplicação de censura. Assim, item incorreto.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens.

- 4 Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Certo.

Art. 5º, CF, VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

- 5 É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Certo.

Art. 5º, CF, IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

- 6 São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Certo.

Art. 5º, CF, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

- 7 A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Certo.

Art. 5º CF XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. (Vide Lei n. 13.105, de 2015) (Vigência)

- 8 Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Certo.

Art. 37, CF, XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

- 9 As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Certo.

Art. 37, CF, XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 42, de 19.12.2003)

- 10 As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Certo.

Art. 37, CF, § 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Direito Administrativo

Raphael Spyere

Aplicando as normas contidas na Lei n. 9.784/1999 – Lei Geral de Processos Administrativos – Federais, julgue as assertivas a seguir como certas ou erradas.

- 11 Apresenta a condição de impedido o servidor ou a autoridade que tenha amizade íntima com o cônjuge do interessado em processo administrativo que tramita no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Errado.

A situação apresentada, nos termos da lei em análise, representa hipótese de suspeição. É o que esclarece o art. 20, segundo qual:

Art. 20. Pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Os casos de impedimento estão arrolados no art. 18:

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

- I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;
- II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;
- III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Tanto o impedimento como a suspeição são institutos jurídicos relacionados à imparcialidade que devem manter os agentes públicos que atuam nos processos administrativos. A diferença reside no fato de que as hipóteses de impedimento enumeradas em lei pressupõem a parcialidade do agente, não cabendo a ele outra alternativa, senão, comunicar o fato à autoridade competente e abster-se de atuar. Se o agente se encontrar em um dos casos de impedimento, deverá se declarar como tal, de modo que, sua omissão será punida como falta grave. Observe o que previsto no art. 19 e seu parágrafo único:

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstenendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Por outro lado, nos casos de suspeição, o legislador enumera condições em que se poderia questionar a parcialidade do agente, por meio de arguição administrativa. São casos em que o agente envolvido não é obrigado a se abster de atuar no processo, como ocorre nos casos de impedimento.

- 12 Em caso de perícia, o Instituto Nacional do Seguro Social deverá intimar o interessado com antecedência mínima de 5 dias úteis.

Errado.

O prazo em análise se refere à antecedência mínima que deve ser observada pela administração quando da intimação de atos que dependam do comparecimento do interessado. Nos termos do § 2º do art. 26, o referido prazo será de 3 dias úteis, e não de 5, como alegado. Em conformidade com o referido dispositivo:

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

(...)

§ 2º A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

- 13 Será nula a intimação feita em desacordo com as formalidades exigidas em lei, mas o comparecimento do interessado supre a irregularidade.

Certo.

Aqui se tem o famigerado princípio da instrumentalidade das formas. Segundo ele, a forma pela qual os atos do processo são praticados não será mais importante que o resultado que dele se espera. Ou seja, apesar do ato processual não ter respeitado a forma legal (o que nos termos da lei causa a nulidade do ato), se o resultado pretendido pela administração for alcançado, fica suprida a irregularidade e o processo tramita de forma válida.

Tal primado está implícito no § 5º do art. 26, cuja redação é a seguinte:

Art. 26. (...)

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas **o comparecimento do administrador supre sua falta ou irregularidade.**

A administração pública em sentido formal é entendida como o rol de órgãos, entidades e agentes públicos investidos de competências para públicas para o exercício de atividades em proveito da coletividade. Acerca desse tema, julgue as afirmativas subsecutivas.

- 14 A realocação da capacidade tributária ativa de uma autarquia para o ente federado responsável por sua criação é denominada descentralização de competências.

Errado.

Centralização é o “retorno” da competência ao ente federado que a titulariza. É o oposto da descentralização: enquanto nesta o ente federado transfere a competência para outra entidade, na centralização a competência é retomada pelo ente federado.

O caso tratado na questão se refere à centralização da competência para arrecadar contribuições previdenciárias, que migrou do INSS (descentralização) de volta para União (centralização), sendo exercida atualmente pelo Ministério da Economia.

- 15 São considerados bens públicos para efeitos de impenhorabilidade o patrimônio de empresas públicas vinculados à prestação de serviços públicos.

Certo.

É forte o entendimento do STF no sentido de que os bens de empresas públicas e sociedades de economia mista atrelados à prestação de serviços públicos são impenhoráveis, devendo essas entidades responder pelas condenações judiciais de que foram alvo por meio do sistema jurídico precatório. Segundo o Supremo (RE 881665, Rel. Dias Toffoli, julgado em 29/10/2015), os bens dessas entidades, em que o Estado detém a maioria do capital votante, não podem ser penhorados quando destinados à realização de um serviço público. O credor receberá seus créditos por meio da ordem de precatórios.

Quando às regras aplicadas aos serviços públicos delegados por meio de concessão previstas na Lei n. 8.987/1995, julgue.

- 16 Considera-se caducidade a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

Errado.

O conceito apresentado se correlaciona à encampação, e não à caducidade, como afirmado. Com efeito, segundo a Lei n. 8.987/1995, art. 37:

Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

De outro lado, o conceito de caducidade é instituído pelo art. 38 do mesmo diploma legal, segundo qual:

Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.

- 17 As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de quatro datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

Errado.

Na verdade, as concessionárias são obrigadas a oferecer no mínimo 6 datas de vencimento dos débitos ao consumidor, que terá liberdade de escolha segundo sua demanda. É o que previsto no art. 7-A da Lei n. 8.987/1995:

Art. 7º-A. As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

Gramática e Texto

Fidelis Almeida

Texto para os itens de 18 a 32.

- 1 As populações sedentárias sitiadas se recusam a aceitar as regras e riscos do novo jogo de poder “nômade”, atitude que a nova elite global nômade acha extremamente difícil (bem como repulsiva e indesejável) de entender e não pode perceber senão como um
- 5 sinal de retardamento e atraso. Quando se trata de confrontos, e particularmente confrontos militares, as elites nômades do moderno mundo líquido percebem a estratégia territorialmente orientada das populações sedentárias como “bárbara” por comparação à sua própria estratégia militar “civilizada”. Agora é a elite nômade que dá o
- 10 tom e dita os critérios pelos quais as obsessões territoriais são classificadas e julgadas. A mesa foi virada — e a velha e testada arma da “cronopolítica”, outrora utilizada pelas triunfantes populações sedentárias para expulsar os nômades para a pré-história bárbara e selvagem, é agora utilizada pelas vitoriosas elites nômades em sua
- 15 luta com o que restou da soberania territorial e contra aqueles que ainda se dedicam à sua defesa.

- Em sua reprovação das práticas territoriais, as elites nômades podem contar com o apoio popular. O ultraje experimentado à vista das massivas expulsões chamadas de “limpeza étnica” ganha vigor
- 20 adicional pelo fato de que elas parecem estranhamente uma versão ampliada das tendências manifestadas diariamente, ainda que em menor escala, perto de casa — em todos os espaços urbanos das terras que fazem a cruzada civilizadora. Lutando contra os “faxineiros étnicos”, exorcizamos nossos “demônios”, que nos estimulam a pôr
- 25 em guetos os indesejáveis “estrangeiros”, a aplaudir o estreitamento do direito de asilo, a demandar a remoção dos constrangedores estrangeiros das ruas da cidade e a pagar qualquer preço pelos abrigos cercados de câmeras de vigilância e guardas armados. Na guerra iugoslava o que estava em jogo para os dois lados era notavelmente semelhante, embora o que era o objetivo declarado de
- 30 um dos lados fosse um segredo ansiosamente guardado pelo outro. Os sérvios queriam expulsar de seu território uma minoria albanesa recalcitrante e embaraçosa, enquanto os países da OTAN, por assim dizer, “respondiam à altura”: sua campanha militar foi deslançada
- 35 pelo desejo dos outros europeus de manterem os albaneses na Sérvia, matando assim no ninho a ameaça de sua reencarnação como migrantes constrangedores e indesejados.

Fonte: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001. Texto adaptado.

Considerando os sentidos construídos ao longo do texto e as estruturas linguísticas nele presentes, julgue os itens subsequentes.

- 18 Infere-se do texto I que não interessa à elite global nômade a cultura das populações historicamente fixadas em um território, bem como a globalização de culturas.

Errado.

Segundo o texto, a elite global nômade rejeita a atitude de as populações sedentárias (portanto, historicamente fixadas em um território) recusarem as regras e os riscos do jogo de poder nômade. Para essa elite global nômade, portanto, é favorável que haja sim uma forte globalização de culturas, a qual tende a enfraquecer as fronteiras nacionais, a soberania nacional.

- 19 Ao apontar que a mesa de luta entre sedentários e nômades foi virada, o texto sugere que culturalmente as atuais elites nômades globais são descendentes das antigas populações nômades.

Errado.

O que o texto chama de “elites nômades globais” é o pequeno e seletivo grupo de pessoas de altíssimo poder econômico (e, por conseguinte, político) o qual não fixa suas atividades em um território, ao contrário, diversifica suas atividades em vários países, ramificando-se nos diferentes setores da economia, da sociedade e da cultura. Por isso são chamadas de elites globais nômades: fazem-se presentes em todo o mundo e não restringem suas atividades a um território. Isso nenhuma relação guarda com as antigas populações nômades, que eram assim chamadas em virtude de seu constante deslocamento geográfico.

- 20 O texto é de natureza tipológica argumentativa, haja vista que apresenta os fatos que caracterizam o jogo de poder da elite global nômade.

Errado.

De fato, a tipologia textual do texto é de natureza argumentativa, entretanto a explicação para isso é incorretamente apontada no item. O texto pertence à tipologia argumentativa porque o autor apresenta uma concepção subjetiva ou juízos de valor acerca de um determinado tema e sustenta-os com argumentos pertinentes e coerentes, buscando traçar um panorama lúcido acerca da sua maneira de perceber esse tema.

- 21 As formas verbais “é” (1.9) e “pôr” (1.24) recebem acento gráfico para que respectivamente sejam diferenciadas dos vocábulos “e” (conjunção) e “por” (preposição).

Errado.

A forma verbal “é” recebe acento gráfico por se tratar de um monossílabo tônico terminado em e, não há nela acento diferencial em relação à conjunção “e”, desnecessário diante da distinção fonética entre os dois vocábulos.

A forma verbal “pôr” recebe acento gráfico para que seja diferenciada da preposição “por”, uma vez que os dois vocábulos são foneticamente idênticos.

- 22 Os vocábulos “Quando” (1.5) e “ainda” (1.16) expressam circunstância temporal.

Errado.

O vocábulo “Quando” é uma conjunção subordinativa temporal, introduz a oração subordinada adverbial temporal “Quando se trata de confrontos”. Não se pode dizer, gramaticalmente, que uma conjunção expressa uma circunstância, papel desempenhado pela classe morfológica dos advérbios. A circunstância temporal é expressa por toda a oração subordinada temporal. O vocábulo “ainda”, sendo um advérbio de tempo, expressa circunstância temporal.

- 23 A oração “que dá o tom” (1.9-10) qualifica o nome “elite” (1.9).

QUER TER ACESSO AO RESTANTE DAS QUESTÕES COMENTADAS?

**SEJA NOSSO ASSINANTE
ILIMITADO!**

NÃO DEIXE DE AVALIAR NOSSO SIMULADO TAMBÉM.

**SUA OPINIÃO É MUITO
IMPORTANTE PARA NÓS!**

**G GRAN CURSOS
ONLINE**

